APRESENTAÇÃO DOSSIÊ "QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E LINGUAGENS"

Xoán Carlos Lagares[1]

Os trabalhos que compõem este dossiê abordam de diferentes perspectivas o modo como as questões étnico-raciais se configuram na e pela linguagem. Para além da visão estrutural, que concebe a linguagem como sistema autônomo que se relaciona de forma pouco clara com a sociedade, apenas refletindo-a ou sendo um reflexo quase opaco dela, nas abordagens que percorrem este dossiê linguagem e sociedade são indissociáveis. A própria noção de raça, negada pelas Biologia, existe socialmente como uma construção discursiva, social e histórica, que engloba uma série de práticas e de representações, ao mesmo tempo causa e consequência de inúmeras opressões que dão forma à nossa ordem social desigual e injusta.

Em tempos de hipermodernidade, quando a comunicação multimodal cria vínculos e nos situa em espaços diversos simultaneamente, é ainda mais relevante pensar como a nova sociabilidade que surge dessas práticas tem potencial para transgredir e subverter velhos preconceitos ou, pelo contrário, serve para a sua perpetuação, às vezes com nova e inusitada virulência. Nessa relação com a linguagem, a questão étnico-racial é discutida nesse dossiê nas (não tão) novas práticas comunicativas, da internet, da publicidade, da grande mídia, da literatura, e também no âmbito da educação. Não é preciso insistir na importância e na urgente atualidade dessa discussão.

No momento em que escrevo estas linhas, as redes sociais fervem com a polêmica causada pela detenção arbitrária de jovens negros, chegados da periferia, de ônibus, para as praias de cartão-postal da zona sul do Rio de Janeiro, nos fins de semana deste abafado início de primavera. Os discursos da miscigenação e da democracia racial não conseguem ocultar que a cor da pele continua sendo motivo de suspeita para a ação repressiva das forças de segurança do Estado. Enquanto as políticas de ação afirmativa baseadas na raça são constantemente questionadas pela grande mídia, a política de "segurança" escancara a face mais evidente do racismo. Entender o modo como se

[1] Doutor em Linguística, Literatura no Âmbito Galego Português pela Universidade da Coruña (2000). Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF).

articulam essas aparentes contradições é fundamental para projetar formas de intervenção efetiva e de transformação da realidade. E é nesse sentido que os estudos da linguagem podem cumprir uma função muito relevante.

O artigo *"A mídia e a manutenção de discursos racistas: SIGA A FOLHA!"*, de Maria Cristina Giorgi e Fabio Sampaio de Almeida, analisa o discurso institucional do jornal *A Folha de São Paulo*, por meio de uma publicidade que afirma a sua posição contrária à política de cotas raciais nas universidades. A negação da raça como questão objetiva é apoiada numa peça propagandística (e publicitária) em que a protagonista é uma mulher negra que, ao invés de falar diretamente, é falada pelo jornal e no final do vídeo se alinha explicitamente com sua posição. A análise evidencia como essa negação da realidade social e discursiva das raças advoga pela perpetuação da discriminação, ao apoiar uma ordem social em que, objetivamente, a presença de estudantes negros e negras nas universidades é extremamente pequena. O não reconhecimento da necessidade de uma reparação, a simples desconsideração da reivindicação de um grupo social, numericamente expressivo na sociedade brasileira, mas que se encontra em situação minoritária, constitui um posicionamento inequivocamente racista, como a análise demonstra.

A questão das cotas para negros e negras nas universidades é discutida também em *"A cor das cotas nas universidades brasileiras: Ação afirmativa, raça e sobre-representação de grupos sociais no ensino"*, de Paulo Alberto dos Santos Vieira. Partindo do fato de que o número de estudantes negros no ensino superior aumentou em 300% nos últimos dez anos graças à política de cotas, o artigo rebate os argumentos que atribuem a essa política de ação afirmativa uma racialização do debate político, provocadora de divisões que, supostamente, não existiriam antes. Esse tipo de oposição a uma política reparadora, ao negar precisamente aquilo que causa a injustiça, se constitui em uma defesa explícita dos privilégios de um grupo social sobre-representado. Sobre as políticas de ação afirmativa, o artigo explica como esse tipo de medidas surgiu em países marcados pela experiência colonial, onde a miscigenação é uma prática assimilacionista na interseção entre raça, gênero e classe. Na base do debate se encontra o processo homogeneizador de construção de uma identidade nacional brasileira que apaga discursivamente os conflitos sociais e raciais existentes.

Ainda nesse sentido, o artigo de Kassandra Muniz, *"Sobre política no campo linguístico e o discurso da miscigenação no Brasil: Ciência e Política de identificação"*, parte dos estudos descoloniais para mostrar como o discurso da miscigenação e da democracia racial cria práticas sociais e linguísticas que oprimem à população negra. O artigo começa se perguntando sobre o próprio lugar a partir do qual se pode construir um discurso acadêmico que faça o "subalterno falar". Procurando, na linha da nova pragmática, a relevância social da pesquisa acadêmica sobre a linguagem, a autora se interroga sobre como pensar uma intelectualidade negra feminina, capaz de superar o eurocentrismo, o racismo e o sexismo que marcam a produção acadêmica.

A autora explica que a alternância de denominação, quando se fala em "cultura negra" ou em "cultura afro", tem a ver com o que é tornar-se negro no Brasil, mais ligado à marca da cor do que à identificação com uma origem. A discriminação que sofrem ainda no país as religiões de matriz africana, por exemplo, seria um exemplo de apagamento cultural produzido pelo discurso da miscigenação e da democracia racial. Esse discurso, por outro lado, não é apenas brasileiro, mas latino-americano, e foi usado como forma de unificação dos estados nacionais surgidos na descolonização para unir as diferenças e adiar a resolução dos conflitos. Nesse sentido, a auto ou a hétero-identificação como negro adquire uma enorme relevância política, ao dar visibilidade e, portanto, força política ao negro dentro de uma suposta grande massa de "miscigenados" em que um pequeno grupo social mantém seus privilégios. A autora chama a atenção para o papel fundamental da linguagem nesse agenciamento político.

O ocultamento da questão racial no ensino é tema do artigo de Glenda Cristina Valim de Melo, em *"O lugar da raça na sala de aula de línguas"*. Entendendo a linguagem como performance, a autora indaga sobre o modo como a escola lida com corpos generizados, racializados e sexualizados, e considera que o ensino de inglês pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de interagir num mundo interconectado e altamente semiotizado. Ao tirar o foco da abordagem da língua como simples código, o ensino pode desconstruir estereótipos que são veiculados pela linguagem e contribuir para a construção de identidades complexas e dinâmicas. Do ponto de vista da teoria Queer, empreende-se no artigo uma reflexão sobre uma política pós-identitária, considerando que os discursos sobre negros e negras são construídos como atos de fala performativos e que a raça não é apenas uma construção social,

discursiva e histórica, mas também performativa, fluida e em interseção com outras construções relativas ao sexo, ao gênero ou à classe social. A autora expõe que os livros didáticos de inglês costumam construir uma determinada ideia de normalidade e de beleza sobre padrões eurocêntricos, ou silenciam conflitos e ocultam a diversidade étnica e racial. Dado que a linguagem é ação, torna-se fundamental refletir sobre os efeitos que causam na construção de identidades os discursos produzidos ou veiculados em sala de aula.

Sobre a construção de conhecimentos que promovam uma educação antirracista trata também o artigo de Talita de Oliveira e Liana de Andrade Biar, *"Letramento(s), Relações Étnico-Raciais e a Iniciação Científica para o Ensino Médio: a Relação entre a Produção de Conhecimento e a Transformação do Espaço Escolar"*. Em relação à proposta da lei federal 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, as autoras desenvolveram um projeto de pesquisa científico-acadêmico no CEFET-Rio junto com bolsistas PIBIC-EM, para promover reflexões sobre crenças, valores e identidades construídos discursivamente em torno das relações étnico-raciais no Brasil. Os subprojetos envolveram análise de textos midiáticos, pesquisa etnográfica e realização de entrevistas, com o objetivo de fomentar nos estudantes um letramento capaz de desestabilizar identidades socialmente estigmatizadas. A partir de um modelo ideológico de letramento, considerado como um conjunto de práticas plurais ligadas às estruturas culturais e de poder presentes na sociedade, se entende tal projeto de pesquisa como uma intervenção política que pôde fazer com que os alunos se engajassem na desconstrução do discurso étniconormativo.

Ainda focado no âmbito do ensino, o artigo de Degmar dos Anjos, Nídia Heringer, Iria Raquel Borges Wiese e Mario Rodrigues da Silva, *"A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica indo além do tecnicismo: um estudo de questões de gênero e relações étnico-raciais nos PDIs"* faz uma análise documental dos Planos de Desenvolvimento Institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para averiguar o modo como eles abordam as questões relacionadas a gênero e etnia. A pesquisa sobre citações de termos como "Direitos Humanos", "Diversidade", "Inclusão", "Questões Étnico-Raciais", "Orientação sexual" e "Gêneros", permite comprovar, em linhas gerais, um considerável crescimento na

atenção para esses assuntos, embora com diferenças regionais. Do ponto de vista qualitativo, conclui-se que essas temáticas são pouco exploradas nos PDIs, mas que é possível construir identidade institucional considerando a relação com o território e contemplando as transformações que acontecem na sociedade.

O artigo de Luciana de Mesquita Silva, *"Discurso literário e relações étnico-raciais: singularidades na tradução de Beloved, de Toni Morrison",* estuda a tradução para o português do Brasil dessa obra da autora afro-americana, publicada pela Companhia das Letras com o título *Amada*. Após uma ampla introdução à obra literária e ao pensamento de Toni Morrison, a autora se centra no modo como foram traduzidas ao português aquelas características linguísticas identificadas com o *African American English*, falado por parte da população negra estadunidense e que se distancia da língua padrão. O tradutor brasileiro optou por utilizar em seu trabalho um determinado padrão que nem sequer recolhe alguns dos elementos linguísticos próprios da oralidade brasileira. Pesquisas recentes demonstram a origem afro-brasileira de muitos desses elementos que identificam o português do Brasil, e que ainda são, em boa medida, objeto de preconceito linguístico, de maneira que a opção por um padrão que se distancia deles na tradução da obra de uma autora afro-americana no Brasil contribui para o silenciamento da cultura negra e dialoga com a tentativa de embranquecimento a que foi submetida a sociedade brasileira. Esse racismo linguístico está na base, como lembra a autora, de grande parte das polêmicas normativas que vigoram no país.

Em *"'Prá que engolir rejeitados do Haiti?' O lugar de onde falo!",* Maristela Abadia Guimarães, Kátia Morosov Alonso e Roberto Carlos da Silva Borges analisam discursos difundidos em diversas mídias e em redes sociais sobre a presença de imigrantes haitianos no Brasil entre 2010 e 2015. No texto os autores lembram que a política de acolhida de migrantes brasileira sempre foi restritiva e seletiva, pois esteve historicamente ao serviço de uma tentativa de embranquecimento social. Ao mesmo tempo eles recuperam elementos da história do Haiti que trazem a memória de um país pioneiro na luta contra a escravidão, na conquista da independência em relação às potências europeias e no desenvolvimento de uma cultura de base africana nas Américas. Esses fatos provocaram sucessivas políticas de assédio e retaliação por parte de países como os Estados Unidos e a França, junto com a criação do mito do Haiti

como um país amaldiçoado. Essas memórias se expressam em discursos veiculados na grande mídia e aparecem com especial virulência nas redes sociais.

A necessidade de recuperar, atualizar e fazer circular a memória da cultura afro-brasileira e do pensamento africano é abordada em *"O arquivo e a organização do dito e do visível: armazenamento e circulação dos saberes silenciados nas tramas hipertextuais"* de Rosane Borges. No artigo, a autora explora as questões que envolvem os modos de armazenamento e circulação do patrimônio africano e afro-diaspórico na internet, usando a noção de "arquivo" para explicitar que a organização do dito é seletiva e deixa na sombra determinados saberes. Entendo a linguagem como fundante das relações sociais e instituinte do humano, o texto reflete sobre a dinâmica cultural das novas tecnologias, entre a transparência, que traduz o espírito da modernidade, e a opacidade. Em tempos de sobre-exposição e de espetacularização da existência, a extensa e antiga tradição escrita africana continua sem ser facilmente encontrável e reconhecível nos bancos de dados materiais e virtuais. Para a autora, no arquivo do mundo, que silencia vozes e oculta boa parte do patrimônio cultural da humanidade, é necessário que a África fale dela própria, estabelecendo seu próprio registro. O compartilhamento e a cultura participativa que a internet possibilita é uma oportunidade para fazer circular conteúdos vinculados à história e cultura negras.

Numa linha semelhante, o artigo de Luis Felipe Carvalho, *"Estratégias Descoloniais: notas sobre a desobediência epistêmica",* explora a desobediência epistêmica como uma estratégia descolonial que questiona a hegemonia do pensamento ocidental, ao fazer funcionar saberes próprios das culturas indígenas e afro-descendentes. A opção descolonial toma como sujeitos de conhecimento aqueles grupos sociais que no pensamento ocidental são tratados apenas como objetos de um determinado saber científico, descritivo e regulador. O autor lembra a produção cultural e artística desde a subalternidade na América Latina, afastada dos centros de poder, e entende que os saberes nativos se revelam interculturais, na fronteira. Eles disputam paradoxalmente espaços próprios do Estado nacional, como quando é reivindicada, por exemplo, a inserção de conteúdo gnoseológico das culturas indígenas nos currículos escolares. A possibilidade de interação e contribuição mútua entre diferentes tipos de saber exige que os saberes nativos encontrem espaços para manifestar a sua sabedoria.

Em definitiva, como explicam Liana Biar, Maria Cristina Giorgi e Roberto Borges, em *"Estudos da linguagem e questões étnico-raciais: contribuições e limites",* diversas abordagens de análise do discurso vêm oferecendo nas últimas décadas metodologias e teorias para pensar criticamente instituições sociais e identidades. Os trabalhos reunidos neste dossiê mostram a sua relevância para desnaturalizar sentidos sobre grupos sociais desfavorecidos ou marginalizados e para tornar visíveis possíveis alternativas na construção de novas relações sociais, no mínimo, mais igualitárias.